



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – PGE-CE
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ –
FUNECE
Comissão Executiva do Vestibular – CEV



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS DE
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NAS ÁREAS DE DIREITO, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(INFRAESTRUTURA), TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO
DE SISTEMAS), CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E
ENGENHARIA CIVIL

EDITAL Nº 01/2024 – PGE/SEPLAG, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2024

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE TÉCNICO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DIREITO

DATA DE APLICAÇÃO: 16 DE FEVEREIRO DE 2025

INÍCIO: 8 HORAS — TÉRMINO: 12 HORAS

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O bom exemplo é o melhor conselho.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Estatuto do Servidor Público Estadual e Lei Orgânica da PGE – 05 questões;
- Direito Constitucional – 10 questões;
- Direito Administrativo – 10 questões;
- Direito Civil – 10 questões;
- Direito Processual Civil – 10 questões;
- Direito Tributário e Financeiro – 10 questões;
- Direito Ambiental – 05 questões;
- Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho – 10 questões.

NÚMERO DO GABARITO: 4

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 4, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada e o CADERNO DE PROVA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 80 (oitenta) questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa do caderno de prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. Na folha de resposta de cada candidato, consta espaço para aposição da impressão digital. Essa folha não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a folha de respostas.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra (A, B, C, D, E) da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público da PGE-CE o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número pela CEV/UECE;
 - b) não assinar a folha de respostas;
 - c) marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova pela CEV/UECE;
 - d) fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova objetiva** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.cev.br), a partir do dia 17 de fevereiro de 2025 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir do dia 26 de fevereiro de 2025.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público da PGE-CE.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar (manter ou carregar consigo, levar ou conduzir), dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: **(i)** armas; **(ii)** aparelhos equipamentos eletrônicos (bip, telefone celular, smartphone, calculadora, tablet, iPod, pen drive, mp3 player, fones de ouvido, qualquer tipo de relógio digital ou analógico, agenda eletrônica, notebook, palmtop, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, etc.); **(iii)** bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação; **(iv)** Óculos esportivo, boné, chapéu, lenço de cabelo, bandana ou outros objetos e adereços que não permitam a perfeita visualização da região auricular; **(v)** Objetos contendo metais, tais como: pulseiras, cordões, anéis e alianças, brincos, gravata, chaveiro, chaves eletrônicas, controle de alarme de veículos etc; **(vi)** Outros objetos, tais como: cartão magnético (cartão de crédito, carteira de estudante, cartão de bilhete único, vale transporte eletrônico e assemelhados), carteira (de cédulas, de documentos, que contenham material relativo a provas). Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.

Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
12. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com a alínea VII do item 117 do Edital que rege o Concurso Público da PGE-CE.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público da PGE-CE, de acordo com a alínea IX do item 117 do Edital que o rege.
14. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
15. Os recursos relativos a esta Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com o Cronograma de Eventos do Concurso disponibilizado no endereço eletrônico (www.cev.uece.br).

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Abotoaduras

01 O maior fabricante de abotoaduras de punho fechou a
02 indústria depois de convencer-se de que é
03 infinitamente reduzido o número de camisas de
04 manga comprida, à disposição da humanidade. E,
05 mais, que os exemplares deste gênero, ainda
06 existentes, são providos de botões, dispensando
07 abotoaduras. — Trabalhei a vida inteira no setor —
08 lastimava-se — e almejava legar a meus filhos a
09 tradição das abotoaduras de punho, como requinte
10 terminal de uma camisa digna desse nome. Os fatos
11 ergueram-se contra mim. Não posso mais produzir
12 abotoaduras de punho para camisas sem punho ou de
13 punho abastardado por míseros botões de plástico.
14 Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se
15 numa camisa esporte, estampada, quando esta,
16 movida por vento súbito, saiu pelos ares, qual
17 bandeira solta. E era tão bonito o esvoaçar do pano
18 bigarreado, tão graciosas as evoluções, que o homem
19 resolveu desistir da morte e aplicar sua fortuna em
20 uma indústria colossal de camisas de manga curta.

Andrade, Carlos Drummond de. Abotoaduras. In.: Contos plausíveis.
São Paulo: ed. Companhia das Letras, p. 19, 2012.

01. É objetivo do texto

- A) apresentar a origem, estilo e evolução da camisa ao longo da história, explorando a iconicidade dessa peça.
- B) contar a tradição de uma família de fabricantes de abotoaduras e de camisas à beira da falência.
- C) demarcar a simbologia da camisa curta como rompimento com o passado e a necessidade de adesão ao novo.
- D) influenciar a opinião das pessoas sobre as abotoaduras como acessórios marcantes.
- E) marcar o retorno nostálgico, quando se usavam cordões e laços para amarrar os punhos das camisas.

02. No trecho “Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se numa camisa esporte, estampada, quando esta, movida por vento súbito, saiu pelos ares, qual bandeira solta.” (linhas 14-17), evidencia-se um tom

- A) grave, em relação ao fato que estava prestes a ocorrer em virtude de o personagem não mais poder atender às suas necessidades básicas após a mudança nas demandas do mercado.
- B) jocoso, o que se justifica pelo fato de o personagem utilizar recursos hiperbólicos para expressar seus sentimentos em relação à nova moda em vigor, ou seja, a dos botões nas camisas.
- C) irônico, causado pelo fato de o personagem escolher a própria camisa esporte – fruto de sua crítica – para dar cabo de sua vida e, por ela ter voado, portanto, não servindo sequer para a finalidade desejada.
- D) relapso, no tocante aos sentimentos do personagem, que acaba por não consolidar suas intenções em virtude de ter mudado de ideia em relação a elas e ao próprio mercado da moda.
- E) persuasivo, causado pela intenção de demover o personagem da ideia de enforcar-se com uma camisa esporte a partir do argumento de que outras possibilidades de trabalho poderiam surgir.

03. No trecho “E era tão bonito o esvoaçar do pano bigarreado [...]” (linhas 17-18), a palavra em destaque significa

- A) rasgado, esfiapado.
- B) matizado, de cores variadas.
- C) leve, elegante.
- D) versátil, confortável.
- E) grosseiro, áspero.

04. No trecho “— Trabalhei a vida inteira no setor (i) — lastimava-se — e almejava legar a meus filhos (ii) a tradição das abotoaduras de punho (iii), como requinte terminal de uma camisa digna desse nome. (linhas 07-10)”, os termos em destaque classificam-se sintaticamente como

- A) (i) adjunto adnominal, (ii) objeto indireto e (iii) objeto indireto.
- B) (i) complemento nominal, (ii) objeto indireto e (iii) objeto direto.
- C) (i) adjunto adverbial, (ii) objeto indireto e (iii) objeto direto.
- D) (i) adjunto adnominal, (ii) complemento nominal e (iii) objeto direto.
- E) (i) complemento nominal, (ii) adjunto adverbial e (iii) objeto indireto.

05. A expressão em destaque no trecho: “como requinte terminal de uma camisa digna **desse nome**” (linha 10) remete

- A) a camisas sem punho.
- B) a míseros botões de plástico.
- C) à camisa esporte, estampada.
- D) a abotoaduras de punho.
- E) a camisas de manga comprida.

06. No trecho: “Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se numa camisa esporte...” (linhas 14-15), a vírgula é empregada pelo mesmo motivo apresentado em:

- A) O patrão gostava muito das nossas abotoaduras, e eu levava-lhe quantas podia comprar.
- B) Ele sai agora e eu, logo mais.
- C) Ele falou sobre o livro, e falou, e falou.
- D) O Brasil está difícil, e pior, estamos a transformá-lo num péssimo exemplo.
- E) O soldado estava ferido, e continuou lutando.

07. A crase presente no trecho: “à disposição da humanidade” (linha 04) apresenta correspondência com a que ocorre em:

- A) O curso é realizado na modalidade educação à distância.
- B) Colocou o remédio gota à gota em sua boca.
- C) Devo entregar o documento à ela.
- D) O problema não se limita às abotoaduras.
- E) Vou à Lisboa no fim de semana.

Texto 2

O que é deepfake e como ele é usado para distorcer a realidade

21 *Técnica usa inteligência artificial (IA) e outros*
22 *conteúdos verdadeiros, como foto e vídeo, para criar*
23 *adultrações realistas.*

24 A criação de vídeos adulterados e realistas ficou muito
25 mais simples com o chamado deepfake. Com ele, é
26 possível colocar pessoas em situações
27 constrangedoras ou, no mínimo, inusitadas.

28 Na terça-feira (27), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
29 aprovou 12 propostas de resolução que serão

30 aplicadas nas eleições municipais deste ano. Entre
31 elas, estão regras para o uso da Inteligência Artificial
32 (IA) e até mesmo a proibição do uso dos deepfakes nas
33 campanhas.

34 Mas o que o termo deepfake significa? Deepfake é
35 uma técnica que permite alterar um vídeo ou foto com
36 ajuda de inteligência artificial (IA). Com ele, por
37 exemplo, o rosto da pessoa que está em cena pode ser
38 trocado pelo de outra; ou aquilo que a pessoa fala
39 pode ser modificado. Isso é possível com o uso de
40 aplicativos criados com essa finalidade.

41 Um dos usos mais preocupantes dessas ferramentas é
42 a criação de vídeos pornográficos com o rosto de
43 outras pessoas. Em 2020, um relatório da empresa
44 Sensity indicou que nudes falsos de mais de 100 mil
45 mulheres estavam sendo compartilhados na internet.

46 Uso na política

47 As imagens adulteradas também são usadas na
48 política. Em 2019, a ex-presidente da Câmara dos
49 Deputados dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, foi
50 vítima de um deepfake que se baseou em um vídeo
51 autêntico para sugerir que a representante democrata
52 tinha dificuldades na fala em um discurso.

53 O autor desse deepfake desacelerou o vídeo original e
54 editou a fala para dar a entender que ela estava
55 tropeçando em suas palavras. O conteúdo com
56 desinformação teve ampla circulação nas redes sociais
57 e chegou a ser removido do YouTube.

58 Inicialmente, o Facebook se limitou a reduzir a
59 distribuição do vídeo e a alertar usuários que o
60 material poderia ser enganoso. No início de 2020, a
61 plataforma anunciou que passaria a remover
62 deepfakes, exceto em casos de sátiras.

63 Antes do vídeo falso de Pelosi, até mesmo o
64 presidente-executivo do Facebook, Mark Zuckerberg,
65 apareceu em um deepfake. O vídeo adulterado mostra
66 o que seria ele falando sobre dominar o mundo e foi
67 mantido no ar pelo Instagram, controlado pela
68 empresa do executivo.

G1. O que é deepfake e como ele é usado para distorcer realidade.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/02/28/o-que-e-deepfake-e-como-ele-e-usado-para-distorcer-realidade.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

08. No texto, a palavra *deepfake*

- A) é, em língua portuguesa, um neologismo oriundo de estrangeirismo, que representa o aprofundamento da desinformação.
- B) é sinônimo de *fake news*, uma vez que compartilham os mesmos elementos morfológicos e semânticos.
- C) é resultado de um processo de derivação entre palavras, com significado idêntico ao de *fake news*.
- D) diz respeito a um fenômeno que, embora compartilhe traços semânticos comuns com as *fake news*, não se relaciona com elas.
- E) tem, em língua portuguesa, a função adjetiva, como na língua de origem, uma vez que mantém os seus traços semânticos.

09. A palavra “possível” (linha 39) é acentuada em virtude de ter a mesma classificação da palavra

- A) mínimo.
- B) até.
- C) sátiras.
- D) conteúdo.
- E) vítima.

10. No trecho “A criação de vídeos **adulterados** e **realistas** ficou muito mais simples com o chamado **deepfake**” (linhas 24-25), observa-se, entre as palavras destacadas,

- A) traços de oposição semântica, que, no texto, se alinham estilisticamente para construir o sentido da definição de *deepfake*.
- B) aparente incoerência semântica, tendo em vista que dificultam a construção do sentido por parte do leitor.
- C) relação de sinonímia, uma vez que se referem ao mesmo fenômeno, o *deepfake*, contribuindo, dessa forma, para sua definição.
- D) relações de coerência interna, mas não externa, uma vez que são palavras antônimas diretas.
- E) relações de hiponímia e hiperonímia, uma vez que o sentido de uma é comportado pela outra.

**ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO
ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DA PGE**

11. A nomeação dos aprovados no concurso público para o cargo de Técnico de Representação Judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará será feita

- A) para provimento em caráter efetivo.
- B) concomitantemente com a posse.
- C) na data de início do estágio probatório.
- D) no início do exercício, se não houver posse.
- E) por ato assinado pelo Procurador-Geral do Estado.

12. As Procuradorias Judicial, Fiscal, da Administração Indireta e de Processo Administrativo Disciplinar, que integram a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, são órgãos de

- A) execução programática.
- B) assessoramento institucional.
- C) atuação consultiva.
- D) atuação deliberativa.
- E) execução instrumental.

13. O Regime Jurídico dos Funcionários Cíveis do Estado do Ceará dispõe sobre os direitos e vantagens dos membros

- A) da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B) do Ministério Público de Contas.
- C) da Procuradoria-Geral do Estado.
- D) do Tribunal de Justiça do Estado.
- E) do Tribunal de Contas do Estado.

14. Compete à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará,

- A) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por qualquer autoridade, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de normas jurídicas.
- B) ingressar em juízo para responsabilizar os gestores de dinheiro público estadual que tiverem contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado.
- C) prover os cargos iniciais da carreira, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado.
- D) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie.
- E) promover a cobrança extrajudicial e judicial da dívida ativa do Estado, de qualquer natureza, tributária ou não.

15. O Estatuto dos servidores públicos do Estado do Ceará prevê a licença

- A) por motivo de doença em pessoa da família.
- B) para capacitação profissional.
- C) para desempenho de mandato classista.
- D) prêmio por assiduidade e pontualidade.
- E) remunerada para estudos no exterior.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Segundo a doutrina jurídica brasileira, quanto ao modo de elaboração, a Constituição Federal vigente é

- A) codificada.
- B) democrática.
- C) social.
- D) dogmática.
- E) normativa.

17. Assinale a opção que apresenta um exemplo de norma constitucional de eficácia contida.

- A) “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (CF, art.88).
- B) Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (CF, art.230, §2º).
- C) “O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica” (CF, art.37, VII).
- D) “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (CF, art.5º, XIII).
- E) “Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar” (CF, art.18, §2º).

18. Segundo as normas constitucionais, a União **NÃO** poderá intervir nos Estados

- A) para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- B) para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, nas ações e serviços públicos de saúde.
- C) para assegurar a observância dos princípios constitucionais autonomia municipal e da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- D) sob a justificativa de reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos legais.
- E) com a justificativa de reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de pagar, por dois anos consecutivos, encargos da dívida pública flutuante.

19. Compete privativamente à Câmara dos Deputados,

- A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- B) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Órgão competente no prazo fixado no texto constitucional.
- D) fiscalizar e controlar os atos administrativos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- E) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

20. É uma atribuição privativa indelegável do Presidente da República

- A) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- B) celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- C) dispor, mediante decreto, sobre organização da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- D) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- E) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma estabelecida em lei.

21. Sobre a seguridade social, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- B) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- C) As instituições privadas de fins não lucrativos só poderão participar do sistema único de saúde mediante contrato de direito privado.
- D) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- E) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências legais.

22. A competência para processar e julgar, originariamente, o *habeas data* contra atos do Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados é do

- A) Plenário da Câmara dos Deputados.
- B) Plenário do Congresso Nacional.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Supremo Tribunal Federal.
- E) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

23. Acerca da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, é correto afirmar-se que

- A) se as propostas orçamentárias do Poder Judiciário forem encaminhadas em desacordo com a LDO, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- B) a Constituição Federal autoriza os órgãos do Poder Judiciário elaborarem suas respectivas propostas orçamentárias dentro dos limites e condições estabelecidos na lei orçamentária anual vigente.
- C) durante a execução orçamentária, o Poder Judiciário só poderá realizar despesas acima dos limites legais, se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos adicionais por anulação de dotações.
- D) o texto constitucional determina que as custas e emolumentos arrecadados pelos órgãos do Poder Judiciário sejam recolhidos à Conta Única do respectivo ente federado, aberta em instituição financeira oficial.
- E) se os órgãos do Poder Judiciário não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na LDO, o Legislativo considerará os valores aprovados na lei orçamentária vigente.

24. Sobre a ordem econômica e financeira, é correto afirmar-se que

- A) se considera cumprida a função social da propriedade rural se o proprietário comprovar seu aproveitamento racional e adequado.
- B) as desapropriações de imóveis urbanos e rurais serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou em título da dívida pública.
- C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- D) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- E) como agente regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização e incentivo, sendo este indicativo para o setor público.

25. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros, dentre os quais se encontram

- A) dois bacharéis em Direito, indicados pela OAB nacional.
- B) dois cidadãos, indicados pelo Congresso Nacional.
- C) três membros do Ministério Público dos Estados.
- D) dois juízes, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E) três membros do Ministério Público da União.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. São elementos do ato administrativo que podem ser discricionários:

- A) competência e forma.
- B) competência e objeto.
- C) motivo e objeto.
- D) finalidade e motivo.
- E) forma e finalidade.

27. Em matéria de Administração Pública, a Lei Fundamental diz que

- A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- B) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão precedência sobre os demais setores administrativos do respectivo órgão fazendário.
- C) a criação, organização e o funcionamento de autarquias, fundações, empresas públicas e de sociedades de economia mista dependem de lei complementar específica.
- D) lei específica assegurará a incorporação de vencimentos e vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- E) o tempo de serviço federal, estadual ou municipal só será contado para fins de aposentadoria e de disponibilidade se, mediante certidão de tempo de serviço, expedida por entidade previdenciária, ficar comprovado o pagamento da contribuição previdenciária relativa ao período trabalhado.

28. Sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos, é correto afirmar-se que

- A) a interrupção da prestação de serviço público, após prévio aviso, motivada por razões de ordem técnica, caracteriza descontinuidade do serviço prestado.
- B) declarada a caducidade da concessão, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.
- C) a transferência de concessão de serviço público sem prévia anuência do poder concedente implicará a suspensão temporária da concessão.
- D) é permitida a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por meio de ato administrativo específico, devidamente motivado, além do pagamento ulterior de indenização, em caso de danos ao concessionário.
- E) toda concessão de serviço público, quando precedida da execução direta de obra pública, será objeto de licitação na modalidade concorrência pública.

29. O instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, denomina-se

- A) Acordo de Cooperação.
- B) Convênio Administrativo.
- C) Termo de Fomento.
- D) Contrato de Gestão.
- E) Termo de Parceria.

30. No tocante à responsabilidade civil, a doutrina e a jurisprudência brasileiras advogam que para gerar responsabilidade civil do Estado, devem estar presentes três elementos: a conduta administrativa, o dano e o nexo causal. Esses elementos representam o núcleo da teoria

- A) da culpa administrativa.
- B) da responsabilidade subjetiva.
- C) do risco administrativo.
- D) do risco civil integral.
- E) do risco civil por ação ou omissão.

31. Sobre os consórcios públicos, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público que tenham por objeto projetos contemplados em programas sociais.
- B) A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
- C) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- D) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- E) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.

32. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário

- A) ação de incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidades públicas.
- B) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- C) agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- E) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidades públicas.

33. A Constituição Federal, em seu Artigo 5º, XXV, assim dispõe: “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”. Essa modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada denomina-se

- A) Limitação Administrativa.
- B) Ocupação Temporária.
- C) Servidão Administrativa.
- D) Requisição Administrativa.
- E) Tombamento Público.

34. No que diz respeito à norma legal que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Em decisão na qual se evidencie acarretarem lesão ao interesse público, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- B) Os atos administrativos praticados por autoridade pública em processo administrativo devem observar a forma estabelecida na lei que regula a matéria em apreço.
- C) Os processos administrativos de que resultem sanções serão revistos de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- D) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
- E) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo será decidido no prazo máximo de quinze dias úteis, a contar do recebimento da peça recursal pela autoridade máxima do órgão julgador.

35. Assinale a modalidade de licitação que pode ser aplicada às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

- A) Dispensa de Licitação
- B) Inexigibilidade de Licitação
- C) Pregão
- D) Tomada de Preços
- E) Concorrência

DIREITO CIVIL

36. São instrumentos previstos na Lei de introdução às normas do direito brasileiro os quais, até ulterior revisão, terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam:

- A) instruções, resoluções, pareceres e decisões administrativas.
- B) regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- C) portarias, instruções normativas e decisões administrativas.
- D) portarias, pareceres técnicos e decisões administrativas.
- E) regulamentos, instruções, pareceres e respostas a consultas.

37. O direito de anular a constituição de pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo,

- A) decai em cinco anos.
- B) prescreve em cinco anos.
- C) decai em um ano.
- D) decai em três anos.
- E) prescreve em dois anos.

38. Considera-se imóvel para os efeitos legais

- A) o direito à sucessão aberta.
- B) a demanda correspondente a direitos reais.
- C) a energia que tenha valor econômico.
- D) o direito pessoal de caráter patrimonial.
- E) o direito real sobre bens.

39. Observadas as exigências legais, podem ser alienados

- A) somente os bens dominicais.
- B) bens de uso especial e os dominicais.
- C) bens públicos em processo de usucapião.
- D) bens públicos não desafetados.
- E) somente os bens de uso especial.

40. Considerando a responsabilidade civil, assinale a afirmação verdadeira.

- A) No caso de lesão à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes pelo prazo de cento e vinte dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- B) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- C) O incapaz não responde pelos prejuízos econômicos ou patrimoniais que causar a terceiros se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- D) Quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, só haverá obrigação de reparar o dano se ficar devidamente comprovado o dolo.
- E) Se a vítima tiver concorrido dolosamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de seu ato em confronto com a do autor do dano.

41. Além dos casos expressamente declarados em lei, é anulável o negócio jurídico quando

- A) ocorrer vício resultante de erro, dolo, coação, lesão ou fraude contra credores.
- B) a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- C) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- D) não revestir a forma prescrita em lei ou for indeterminável o seu objeto.
- E) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

42. No que diz respeito aos contratos de direito privado, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.
- B) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- C) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- D) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- E) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.

43. Sobre o direito das sucessões, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A lei permite ao testador estabelecer a conversão dos bens da herança legítima em outros de espécie diversa, mas de mesmo valor econômico.
- B) O direito de representação dá-se nas linhas retas, descendente, ascendente ou colateral, seguindo essa ordem de preferência.
- C) São válidas as disposições testamentárias de caráter patrimonial, mesmo que o testador somente a elas se tenha limitado.
- D) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- E) Toda pessoa pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para antes ou depois de sua morte.

44. De acordo com o Código Civil brasileiro, se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem. Essa forma de extinção de obrigações efetua-se

- A) somente entre dívidas certas, vencidas ou vincendas e não fungíveis.
- B) somente entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- C) somente entre dívidas certas, vencidas ou não e de coisas fungíveis.
- D) entre dívidas líquidas, vencidas ou vincendas e de coisas fungíveis.
- E) entre dívidas vencidas ou vincendas e de coisas fungíveis ou infungíveis.

45. Segundo a lei civil brasileira, é nulo o casamento

- A) de quem não completou a idade mínima para casar.
- B) contraído por infringência de impedimento.
- C) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- D) do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- E) por incompetência da autoridade celebrante.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Acerca do litisconsórcio, é correto afirmar-se que

- A) o requerimento de limitação do litisconsórcio interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.
- B) o ato decisório de mérito, quando proferido sem a integração do contraditório e da ampla defesa, poderá ser anulado se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- C) o juiz limitará o litisconsórcio quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento e de cumprimento de sentença, quando este comprometer a solução do litígio ou dificultar o cumprimento da sentença.
- D) o litisconsórcio será facultativo quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os interessados.
- E) o litisconsórcio será plural e obrigatório por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, o cumprimento da sentença depender da intimação de todos os interessados.

47. As normas fundamentais do processo civil brasileiro asseguram que

- A) a lista de processos aptos a julgamento será disponibilizada para consulta pública, no mínimo, cinco dias úteis antes do julgamento.
- B) o processo começa por iniciativa da parte, desenvolve-se por impulso oficial e não se admite exceções.
- C) os juízes e os tribunais atenderão à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- D) as partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- E) os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão sempre públicos, e suas decisões fundamentadas, sob pena de nulidade.

48. Sobre o cumprimento da sentença, a lei processual civil brasileira estabelece que

- A) o cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado de forma diversa do cumprimento definitivo.
- B) o devedor será intimado para cumprir a sentença por meio eletrônico, na pessoa de seu advogado devidamente constituído nos autos.
- C) a autocomposição judicial não pode envolver sujeito estranho ao processo e nem versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
- D) questões relativas ao cumprimento da sentença deverão ser arguidas pelos interessados nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.
- E) o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.

49. Sobre a comunicação dos atos processuais, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- B) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça deixar de confirmar, no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.
- C) Não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.
- D) A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País quando o citando for pessoa de direito público de âmbito federal.
- E) Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

50. Segundo a lei processual civil brasileira, tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União. Essa regra **NÃO** se aplica às seguintes entidades integrantes da administração federal:

- A) empresas públicas.
- B) entidades autárquicas.
- C) fundações públicas.
- D) sociedade de economia mista.
- E) fundos especiais.

51. Segundo a lei processual civil, os livros empresariais que preenchem os requisitos exigidos por lei provam a favor de seu autor no litígio entre empresários. Assim sendo, a requerimento da parte, o juiz pode ordenar a exibição integral dos livros empresariais na

- A) cisão ou fusão da empresa.
- B) liquidação de sociedade.
- C) extinção da sociedade.
- D) mudança de contabilista.
- E) retirada do sócio-gerente.

52. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, preferencialmente, nesta ordem:

- A) o perito e os assistentes técnicos; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; o autor e o réu.
- B) o perito e os assistentes técnicos; as testemunhas arroladas pelo réu e pelo autor; o réu e o autor.
- C) os assistentes técnicos e o perito; o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- D) o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- E) os assistentes técnicos e o perito; o réu e o autor; as testemunhas arroladas pelo réu e pelo autor.

53. De acordo com a lei processual civil brasileira, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra

- A) associações.
- B) empresas públicas.
- C) fundações.
- D) sociedades de economia mista.
- E) autarquias.

54. No processo de inventário e de partilha, o juiz nomeará inventariante na ordem estabelecida no Código de Processo Civil brasileiro, e o primeiro da ordem é o

- A) o herdeiro menor, legítimo ou necessário, por seu representante legal ou o inventariante judicial, se houver.
- B) o herdeiro que se achar na posse e na administração do espólio, se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente ou se estes não puderem ser nomeados.
- C) cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste.
- D) o testamenteiro, se lhe tiver sido confiada a administração do espólio ou se toda a herança estiver distribuída em legados.
- E) qualquer herdeiro legítimo ou necessário, quando nenhum deles estiver na posse e na administração do espólio.

55. Acerca do procedimento comum previsto na lei processual civil, é correto afirmar-se que,

- A) após a citação, o autor, motivadamente, poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- B) na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- C) em um único processo, é lícita a cumulação contra o mesmo réu, de vários pedidos, nos casos de comprovada conexão.
- D) indeferida a petição inicial, o autor poderá apresentar pedido de reconsideração, facultado ao juiz, no prazo de 10 (dez) dias úteis, retratar-se.
- E) quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu, o pedido será alternativo.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

56. Em matéria tributária, são pessoalmente responsáveis,

- A) o cônjuge meeiro e os herdeiros necessários, pelos tributos devidos pelo espólio.
- B) o espólio, pelos tributos devidos pelo falecido até a data de encerramento do inventário.
- C) o inventariante, pelos tributos devidos pelo falecido até a data da abertura da sucessão.
- D) o sucessor hereditário a qualquer título, pelos tributos devidos pelo espólio.
- E) o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.

57. A natureza jurídica específica do tributo é determinada

- A) pela denominação estabelecida na Constituição.
- B) pelo fato gerador da respectiva obrigação.
- C) pela destinação do produto da sua arrecadação.
- D) pelas características formais fixadas em lei tributária.
- E) pelos sujeitos ativo e passivo da obrigação.

58. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada,

- A) a analogia, a equidade, os princípios gerais de direito tributário e os princípios gerais de direito público.
- B) a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
- C) os princípios gerais de direito tributário, a analogia, a equidade e os princípios gerais de direito público.
- D) a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- E) os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a analogia e a equidade.

59. Assinale a opção que apresenta modalidade(s) de exclusão do crédito tributário.

- A) isenção e anistia
- B) consignação em pagamento
- C) remissão e decadência
- D) depósito do seu montante integral
- E) pagamento antecipado

60. O recurso que, se não estiver comprometido, pode, mediante autorização legislativa, ser utilizado para a abertura de créditos adicionais é

- A) o superavit financeiro apurado no balanço orçamentário do exercício em curso.
- B) o que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficar sem despesas correspondentes.
- C) o excesso de arrecadação apurado no balanço do exercício financeiro anterior.
- D) a anulação parcial ou total de despesas empenhadas e não liquidadas no exercício.
- E) o produto de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

61. A Constituição Federal veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Por ordem constitucional, essa vedação **NÃO** se aplica

- A) à contribuição de intervenção no domínio econômico – CIDE.
- B) à contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública – CIP.
- C) ao imposto sobre produtos industrializados – IPI.
- D) ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias – ICMS.
- E) ao imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza – IR.

62. Segundo a Constituição Federal, a União poderá instituir vários impostos. Os recursos do Fundo de Participação de Estados e Municípios são provenientes da arrecadação de impostos federais em número de

- A) três.
- B) quatro.
- C) um.
- D) dois.
- E) cinco.

63. Pertence aos Municípios,

- A) metade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- B) metade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese de delegação da competência para instituir, cobrar e fiscalizar o referido imposto.
- C) um quarto do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação.
- D) metade do produto da arrecadação do imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios distribuída aos Estados.
- E) um quarto do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

64. Fazer constar, na lei orçamentária anual, autorização para contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, caracteriza uma exceção ao princípio orçamentário da(o)

- A) exclusividade orçamentária.
- B) equilíbrio orçamentário.
- C) não vinculação de receitas.
- D) orçamento bruto.
- E) unidade de tesouraria.

65. O instrumento de transparência da gestão fiscal que conterá comparativo dos montantes da dívida consolidada e das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, com os limites legais denomina-se

- A) Demonstrativo de Metas Fiscais.
- B) Relatório de Gestão Fiscal.
- C) Demonstrativo de Risco Fiscais.
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

DIREITO AMBIENTAL

66. Os órgãos e entidades dos entes federados responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Na estrutura desse sistema, tem-se como órgão central

- A) a Secretaria de Governo da Presidência da República.
- B) o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- C) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- D) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- E) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

67. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá licenças ambientais. O prazo de validade da Licença de Operação será de, no mínimo,

- A) 4 (quatro) anos e, no máximo, 8 (doze) anos.
- B) 5 (cinco) anos e, no máximo, 15 (quinze) anos.
- C) 3 (três) anos e, no máximo, 6 (seis) anos.
- D) 3 (três) anos e, no máximo, 9 (nove) anos.
- E) 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

68. O ente federativo poderá delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas em lei, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente. Essa delegação ocorrerá mediante

- A) acordo de cooperação.
- B) convênio.
- C) contrato de gestão.
- D) decreto.
- E) resolução administrativa.

69. As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza dividem-se em dois grupos, quais sejam:

- A) Unidades de Estação Ecológica e Unidades de Reserva Biológica.
- B) Unidades de Uso Sustentável e Unidades de Estação Ecológica.
- C) Unidades do Parque Nacional e Unidades Monumento Natural.
- D) Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.
- E) Unidades de Proteção Integral e Unidades de Reserva Biológica.

70. Sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar-se que

- A) a perícia de constatação do dano ambiental deverá apresentar memória de cálculo do montante do prejuízo causado para efeito de imputação de débito.
- B) a perícia técnica produzida no inquérito civil ou no juízo cível não será aproveitada no inquérito criminal nem no processo penal.
- C) a pessoa jurídica constituída com o fim de permitir ou facilitar a prática de crime ambiental terá decretada sua extinção e seu patrimônio será objeto de apreensão para pagamento de multas ambientais.
- D) a multa ambiental que se revelar ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- E) a sentença condenatória deverá fixar o exato valor para reparação dos danos, considerando os prejuízos potencialmente sofridos pelo meio ambiente.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

71. O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência:

- A) a empresa devedora; os sócios retirantes; e os sócios atuais.
- B) os sócios atuais; os sócios retirantes; e a empresa devedora.
- C) os sócios atuais; a empresa devedora; e os sócios retirantes.
- D) os sócios retirantes; a empresa devedora; e os sócios atuais.
- E) a empresa devedora; os sócios atuais; e os sócios retirantes.

72. No processo do trabalho, a declaração da prescrição intercorrente

- A) só pode ser requerida antes do julgamento no primeiro grau de jurisdição.
- B) pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- C) só pode ser declarada de ofício antes do julgamento no primeiro grau de jurisdição.
- D) será requerida durante a tramitação processual no segundo grau de jurisdição.
- E) será declarada de ofício durante a tramitação processual no segundo grau de jurisdição.

73. Segundo a CLT, as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas

- A) no caso de necessidade de comprovação perante a Previdência Social.
- B) a qualquer tempo, por iniciativa do empregador ou a pedido do empregado.
- C) na data acordada em convenção coletiva de trabalho firmada com sindicatos.
- D) na data da entrada em vigor da lei do novo salário do trabalhador.
- E) se houver interrupção ou suspensão temporária das atividades laborais.

74. Para fins de pagamento do adicional noturno, considera-se noturno, o trabalho executado entre

- A) as 19 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- B) as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- C) as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- D) as 21 horas de um dia e as 5 horas e 30 minutos do dia seguinte.
- E) as 23 horas de um dia e as 5 horas e 30 minutos do dia seguinte.

75. Por força de lei, a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do(a)

- A) acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- B) instrumento de contrato individual de trabalho.
- C) folha de frequência ou ponto do empregado.
- D) livro de registro de empregados.
- E) termo de acordo celebrado pelas partes.

76. O empregado que, no período de 12 (doze) meses de trabalho, tiver tido 15 (quinze) faltas, terá direito a férias correspondentes a

- A) 18 (dezoito) dias corridos.
- B) 21 (vinte e um) dias corridos.
- C) 15 (quinze) dias corridos.
- D) 27 (vinte e sete) dias corridos.
- E) 24 (vinte e quatro) dias corridos.

77. Em processo trabalhista, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas

- A) caberá apenas ao reclamante.
- B) caberá apenas ao reclamado.
- C) constituirá obrigação solidária dos litigantes.
- D) caberá em partes iguais aos litigantes.
- E) poderá ser dispensado por decisão do juiz.

78. Estará excluída do procedimento sumaríssimo a demanda em que for parte uma

- A) entidade associativa.
- B) empresa de economia mista.
- C) fundação pública.
- D) empresa pública.
- E) microempresa individual.

79. No Tribunal Superior do Trabalho, da decisão denegatória dos embargos, caberá o recurso

- A) extraordinário.
- B) de agravo.
- C) de revista.
- D) ordinário.
- E) repetitivo.

80. No processo trabalhista, são isentos(as) do depósito recursal

- A) os microempreendedores individuais.
- B) as entidades sem fins lucrativos.
- C) as micro e pequenas empresas.
- D) as empresas em recuperação judicial.
- E) os empregadores domésticos.